



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026**

**EDITAL PREGÃO Nº 005/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS**

**Dia 07/07/2026 às 10:00 horas**

**Departamento de Compras e Licitações**

**PREFEITURA DE EWBank DA CÂMARA**

**Endereço: Avenida Santo Antonio, nº 441, Centro, Ewbank da Câmara – MG**

**SETOR DE LICITAÇÕES.**

**Email: [compras@ewbankdacamara.mg.gov.br](mailto:compras@ewbankdacamara.mg.gov.br)**

**Telefone: (32) 9 99865-8201**

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:**

**<https://ewbankdacamara.mg.gov.br/>**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

O Município de Ewbank da Câmara - MG, torna público que fará realizar a licitação, sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara**, abrangendo os trechos de vias públicas que apresentam danos, buracos e desgaste no pavimento, conforme levantamento técnico e necessidade, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência, na forma da lei.

Regem a presente licitação toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014** e demais legislações aplicáveis, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente.

**1 - DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara, conforme levantamento técnico e necessidade, conforme as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I.

**2 - DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

**2.1.** O Edital poderá ser obtido na sede da Prefeitura, no Setor de Licitações localizado na sede da Prefeitura no endereço Av. Santo Antônio, 441, centro, Ewbank da Câmara-MG, via e-mail [compras@ewbankdacamara.mg.gov.br](mailto:compras@ewbankdacamara.mg.gov.br) e no site do Município no endereço eletrônico <https://ewbankdacamara.mg.gov.br/>

**3 - DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO**



**3.1.** A sessão do Pregão ocorrerá no dia **07 de julho de 2026, no horário das 10hrs** na sala de Licitações no endereço descrito no item anterior.

**3.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

#### **4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1.** Os recursos necessários à contratação do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária nº 3.3.90.34.00.2.07.02.10.301.0005.2.0183 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE..

#### **5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**5.1.** O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço por item**.

#### **6 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** Poderão participar deste pregão às empresas:

**6.1.1.** Interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado;

**6.1.2.** Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e seus anexos.

**6.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de licitantes:

**6.2.1.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**6.2.2.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**6.2.3.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**6.2.4.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**6.2.5.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**6.2.6.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**6.2.7.** e estrangeiras que não funcionam no país.

## **7 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.** A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

**7.2.** Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representação.

**7.3.** Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

**I** - Documento oficial de identidade do representante legal da empresa ou procurador, conforme o caso;

**II** - Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura;

**III** - Contrato Social e alteração contratual ou documento que substitui.

**7.4.** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão, para fins de apresentação de lances.

**7.5.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.



**7.6.1.** Na ausência do representante legal na sessão pública ou inconformidade na procuração do representante da licitante, o proponente ficará sem representação perante o Pregoeiro e Equipe de Apoio, podendo participar da sessão pública, caso os demais documentos pertinentes ao credenciamento estejam em conformidade. Todavia, não será permitido fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, recorrer bem como praticar os demais atos de um mandatário.

## **8 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “DOCUMENTAÇÃO”**

**8.1.** No dia, horário e no local fixado neste Edital, o representante legal de cada licitante deverá apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, além do credenciamento a proposta escrita (Conforme Anexo II) e a documentação de habilitação, essas, respectivamente, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, de preferência opacos, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

### **ENVELOPE 01 – PROPOSTA**

**MUNICÍPIO DE EWBank DA CÂMARA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2026**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_.

**CNPJ:** \_\_\_\_\_.

### **ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE EWBank DA CÂMARA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2026**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_.

**CNPJ:** \_\_\_\_\_.

**8.2.** Nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca, após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a proposta e documentação das licitantes.

## **9 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**9.1.** Após a fase de credenciamento das licitantes, o pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade com os requisitos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWANK DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

**9.2.** A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não sendo admitido propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) ser apresentada em **01 (uma) via, impressa em papel timbrado da proponente ou no anexo que compõe este edital**. Deve ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal;
- b) indicar nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone, fax e endereço eletrônico (se houver) - bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;
- c) Constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade (RG), domicílio e cargo do representante legal da empresa, encarregado, da assinatura do instrumento contratual decorrente deste Pregão;
- d) ter validade não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação, as propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos;
- e) Preço unitário e total proposto para o objeto ofertado, expresso em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, todos os custos operacionais, encargos previdenciários, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).

**9.3.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.3.1.** Ocorrendo omissões de informações nas propostas apresentadas, desatendendo aquelas que foram ora solicitadas, serão consideradas aquelas previstas neste instrumento de convocação, salvo quando não atenderem às exigências relativas às suas especificações, quando as omissões ou irregularidades venham dificultar ou impossibilitar seu julgamento ou quando apresentarem cotação de objeto diverso daquele previsto neste Edital, caso em que serão desclassificadas.

**9.4.** Havendo divergência entre valores unitários e valores globais, considerar-se-ão como



válidos os valores unitários, caso a discrepância seja entre os valores em algarismo e por extenso prevalecerão os últimos.

**9.4.1.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo;

**9.4.2.** A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

**9.4.3.** Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes;

**9.4.4.** As propostas não poderão impor condições ou conter opções.

## **10 - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA A ETAPA COMPETITIVA**

**10.1.** Será feito exame de conformidade da proposta, em conformidade com o objeto e exigências deste Edital.

**10.1.1.** Serão classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente as propostas que atenderem plenamente os requisitos estabelecidos neste Edital;

**10.1.2.** A licitante que tiver sua proposta desclassificada será excluída das fases seguintes.

**10.2.** As propostas serão desclassificadas na forma do Artigo 59 da Lei N.º 14.133/2021, conforme segue:

**I** - contiverem vícios insanáveis;

**II** - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**III** - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**IV** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**V** - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que seja insanável.

**10.3.** Após a análise de conformidade das propostas, o Pregoeiro classificará as propostas e dará início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em percentuais distintos e decrescentes.

## **11 - DA ETAPA DE LANCES**

**11.1.** Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor. Ocorrendo o empate, em relação a itens não exclusivos para



participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**11.1.1.** a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

**11.1.2.** apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**11.1.3.** não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**11.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**11.1.5.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances;

**11.1.6.** Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o menor preço;

**11.1.7.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na ordem do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

**11.3.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, sendo vencedor quem ofertar o menor lance.

**11.4.** Dos lances ofertados não caberá retratação.

**11.4.1.** Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo Pregoeiro;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**11.4.2.** A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

**11.5.** Caso não se realizem lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, QUANTO AO OBJETO E VALOR, e uma vez aceita a proposta dará sequência ao procedimento para análise do atendimento às condições de habilitação.

**11.6.** Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**11.7.** Caso necessário, a licitante vencedora deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da declaração do vencedor.

**11.8.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta nos seguintes cadastros:

**11.8.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

**11.8.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

**11.8.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**11.9.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**11.9.1.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.10.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



**11.11.** Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no neste Edital.

**11.12.** O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

**11.13.** Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **12 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**12.1. O envelope nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

**12.2. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.**

**12.3.** Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

**12.4.** Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

**12.5.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

## **13 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**13.1.** Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante abertura do respectivo envelope de documentação.



**13.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

**13.3.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.

**13.4.** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subsequentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.

**13.5.** Dá reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.

**13.6.** A adjudicação do objeto obedecerá à estrita ordem de classificação e será praticada pela pregoeira na própria ata de reunião.

**13.7.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

**13.8.** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## **14 - DO RECURSO**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**14.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**14.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**14.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



**14.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação, situado na no Setor de Licitações localizado na sede da Prefeitura no endereço Av. Santo Antônio, 441, centro, Ewbank da Câmara-MG, podendo as razões recursais e contrarrazões ao recurso serem enviadas via e-mail [compras@ewbankdacamara.mg.gov.br](mailto:compras@ewbankdacamara.mg.gov.br)

## **15 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o PROCESSO ADMINISTRATIVO será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**15.2.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## **16 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**16.1.** O contrato será firmado entre o Município e a licitante vencedora, conforme modelo do Anexo III.

**16.2.** A licitante vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, para assinar o contrato. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela contratante.



**16.3.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se ao Município o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

## **17 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Observado o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2014, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados por fiscal designado lotado na contratante e demais regramentos previstos no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

## **18 - DAS OBRIGAÇÕES**

### **18.1. Da Contratante:**

**18.1.1.** As regras sobre as obrigações da contratante, constam no Termo de Referência item 12, que segue anexo e faz parte deste Edital.

### **18.2. Da licitante vencedora:**

**18.2.1.** Respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do serviço, além das exigências e padrões definidos no Termo de Referência;

**18.2.2.** As regras sobre as obrigações da licitante vencedora constam no Termo de Referência item 13, que segue anexo e faz parte deste Edital.

## **19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** A recusa da adjudicatária em assinar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas em lei e no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

**19.2.** As regras sobre as sanções administrativas são aquelas impostas por lei e constam no Termo de Referência item 16, que segue anexo e faz parte deste Edital.

**19.3.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à



pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

## **20 - DO PAGAMENTO**

**20.1.** Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.1.1.** As regras sobre pagamento constam no Termo de Referência item 10, que segue anexo e faz parte deste Edital.

## **21 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**21.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**21.2.** A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser protocolados no Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura ou enviados via e-mail [compras@ewbankdacamara.mg.gov.br](mailto:compras@ewbankdacamara.mg.gov.br).

**21.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**21.4.** Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame, desde que a alteração não comprometa a formulação das propostas.

**21.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**21.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão publicados da mesma forma que o edital, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

## **22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWANK DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**22.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.2.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.4.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**22.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.6.1.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

**22.6.1.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.7.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.8.** A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**22.8.1.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**22.9.** É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**22.10.** Fica eleito o Foro do Município de Santos Dumont - MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**22.11.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pelo pregoeiro, obedecida a legislação vigente.

**22.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta;

Anexo III - Minuta do Contratual;

Anexo IV - Declarações de conhecimento do Edital;

Anexo V - Declaração de reserva de cargos;

Anexo VI - Declaração de proposta econômica;

Anexo VII - Declaração de Não-Emprego de menores;

Anexo VIII - Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante;

Anexo IX - Declaração de Acessibilidade;

Anexo X - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

Anexo XI - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

**Ewbank da Câmara, 17 de junho de 2026.**

**Maria Vitoria Rodrigues**

**Pregoeira**



**ANEXO I**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1 – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara.

**2. DA PADRONIZAÇÃO**

2.1 - A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância como disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

**3. DA NATUREZA DO OBJETO**

3.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

**4. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA UNIT.	MÉDIA GLOBAL
1	Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de um profissional com formação em psicologia	Mês	12	R\$ 3.569,33	R\$ 42.831,96
2	Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de um profissional com formação em psicologia, com especialização em transtornos do neurodesenvolvimento, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e	Mês	12	R\$ 4.519,17	R\$ 54.230,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS



	Hiperatividade (TDAH), bem como outros transtornos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e comunicacional, incluindo transtornos de saúde mental infantil.				
3	Contratação de pessoa jurídica para disponibilização de um profissional com formação em Fonodiálogia.	Mês	12	R\$ 2.566,67	R\$ 30.800,04

## 5. - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 – O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes nos limites definidos pela Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração é permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

## 6. - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços especializados nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara, mediante a disponibilização de 03 (três) profissionais, sendo 02 (dois) psicólogos e 01 (uma) fonoaudióloga.

Do total de profissionais a serem contratados, 01 (um) psicólogo será responsável pelo atendimento psicológico ao público em geral, abrangendo acolhimento, escuta qualificada, acompanhamento psicológico e suporte psicossocial aos usuários do sistema público de saúde, conforme as demandas encaminhadas pela rede municipal de atenção à saúde.

O segundo psicólogo atuará na realização de atendimentos especializados, especialmente voltados ao público infantil, com foco em crianças diagnosticadas ou em processo de avaliação para transtornos do neurodesenvolvimento, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como outros transtornos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e comunicacional, incluindo transtornos de saúde mental infantil.



A fonoaudióloga atuará na avaliação, diagnóstico e acompanhamento de alterações relacionadas à linguagem, comunicação, fala, audição e desenvolvimento orofacial, especialmente em crianças que apresentam atrasos no desenvolvimento da linguagem ou dificuldades associadas a transtornos do neurodesenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento comunicacional e para a melhoria da interação social e do processo de aprendizagem.

A necessidade da contratação decorre do aumento significativo da demanda por atendimentos especializados no âmbito da rede municipal de saúde, especialmente relacionados ao acompanhamento de crianças com alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, cognitivo e comunicacional.

Tais condições demandam acompanhamento multiprofissional contínuo, sendo imprescindível a atuação de profissionais qualificados nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, a fim de promover o adequado desenvolvimento cognitivo, comportamental, emocional e comunicacional, especialmente no público infantil.

Ressalta-se que o atendimento precoce e especializado é fundamental para promover a inclusão social, o desenvolvimento das habilidades de comunicação, aprendizagem e interação social, além de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das crianças atendidas e de suas famílias.

Nesse contexto, verifica-se que a rede municipal de saúde necessita ampliar ou complementar a oferta desses serviços especializados, de modo a garantir atendimento adequado à população, evitando filas de espera prolongadas e assegurando a continuidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se medida necessária para garantir a prestação eficiente dos serviços de saúde, permitindo que o Município atenda de forma adequada às demandas existentes, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da promoção do acesso integral à saúde.

Assim, a presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar atendimento especializado nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, contribuindo para o desenvolvimento integral dos pacientes, especialmente do público infantil, bem como para o fortalecimento da rede municipal de atenção à saúde.

## **7. - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA**



**"C", E ART.40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, de forma complementar à estrutura existente, assegurando continuidade, regularidade e qualidade na prestação dos serviços públicos de saúde.

A descrição da solução contempla os seguintes elementos:

**1. Modelo de Execução**

A execução contratual ocorrerá de forma indireta, mediante disponibilização de profissional devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho de classe, com atuação nas unidades indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

A prestação dos serviços observará:

- Carga horária previamente definida no Termo de Referência;
- Atuação integrada às equipes da Atenção Básica;
- Cumprimento dos protocolos técnicos do Ministério da Saúde e normativas municipais;
- Atendimento presencial nas unidades de saúde e, quando necessário, atendimento domiciliar previamente autorizado.

A contratada será responsável pela gestão administrativa do profissional disponibilizado, não havendo vínculo empregatício entre este e o Município.

**2. Forma de Pagamento**

O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

A remuneração estará condicionada:

- À comprovação da efetiva prestação dos serviços;
- Ao cumprimento da carga horária contratada;
- À regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Eventuais glosas poderão ser aplicadas em caso de descumprimento parcial da execução.

**3. Forma de Controle e Fiscalização**

A fiscalização contratual será exercida por servidor formalmente designado como gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O controle da execução compreenderá:

- Acompanhamento da frequência do profissional;



- Verificação da produtividade e qualidade técnica;
- Conferência de relatórios mensais de atividades;
- Avaliação do cumprimento de metas e protocolos assistenciais.

Serão registradas ocorrências em instrumento próprio, permitindo rastreabilidade e eventual aplicação de sanções administrativas.

#### 4. Indicadores de Desempenho

Para assegurar eficiência e mensuração de resultados, a execução contratual será acompanhada por indicadores objetivos, tais como:

- Quantidade mínima de atendimentos mensais;
- Cumprimento integral da carga horária contratada;
- Participação em reuniões de equipe e ações coletivas;
- Elaboração de relatórios sociais e planos de acompanhamento;
- Índice de absenteísmo inferior a percentual previamente fixado.

Os indicadores poderão ser detalhados no Termo de Referência e integrar cláusula específica contratual.

#### 5. Obrigações Acessórias da Contratada

Além da disponibilização do profissional habilitado, a contratada deverá:

- Garantir substituição imediata em caso de afastamento;
- Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Fornecer documentos comprobatórios de habilitação profissional;
- Assumir integral responsabilidade por encargos trabalhistas, tributários e previdenciários;
- Cumprir normas sanitárias, éticas e técnicas aplicáveis à área da saúde.

É vedada qualquer cobrança direta aos usuários do SUS.

#### 6. Forma de Substituição do Profissional

Em caso de afastamento temporário ou definitivo do profissional disponibilizado, a contratada deverá providenciar substituição por outro profissional com qualificação equivalente, no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência, sem prejuízo da continuidade do serviço.

A substituição dependerá de validação prévia da Administração quanto à habilitação técnica do novo profissional.

#### 7. Responsabilidade Técnica

A contratada será integralmente responsável pelos atos praticados pelo profissional disponibilizado no exercício de suas atribuições, inclusive quanto a eventuais danos decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência.



O profissional deverá manter registro ativo no respectivo conselho de classe, respondendo ética e tecnicamente pelos serviços prestados, sem prejuízo da responsabilidade civil da empresa contratada.

Dessa forma, a solução proposta encontra-se devidamente estruturada sob os aspectos técnico, operacional e jurídico, demonstrando aderência aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e planejamento adequado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Registre-se que, a especificação técnica do objeto será tratado no item 03 deste ETP, de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

## **8. - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

8.1 - Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratada no tópico específico deste TR (MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

### **8.2 - Sustentabilidade**

8.2.1 - Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando e mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

### **8.3 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

8.3.1 - Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

### **8.4 - Da vedação de utilização de marca/produto**

8.4.1 - Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

### **8.5 - Subcontratação**

8.5.1 – A regra geral não será admitida a subcontratação do objeto contratual, ressalvada a subcontratação parcial quando devidamente justificado e aprovado pelo setor requisitante.

### **8.6 - Garantia da contratação**

8.6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **8.7 - Da exigência de amostra:**



8.7.1 - Não haverá exigência de amostra.

### **8.8 - Garantia, manutenção e assistência técnica**

8.8.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **9. - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**9.1.** A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços especializados nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara, especialmente voltados ao acompanhamento de pacientes com transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e comunicacional, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), entre outros.

**9.2.** A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada e conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitações previamente encaminhadas pela unidade administrativa competente e organização da agenda de atendimentos pela coordenação da Unidade Básica de Saúde.

**9.3.** Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, com formação superior na respectiva área de atuação e registro ativo no Conselho Regional competente, observadas as atribuições legais da profissão e as normas éticas aplicáveis.

**9.4.** A execução dos serviços deverá ocorrer presencialmente no Município de Ewbank da Câmara, prioritariamente junto à Unidade Básica de Saúde (UBS) e no Bairro Colônia de São Firmino, podendo também ser realizada em outros locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade do serviço público.

**9.5.** A contratada deverá executar os serviços em estrita observância aos protocolos, rotinas e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, bem como às normas técnicas e boas práticas aplicáveis à área da saúde, observando as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

**9.6.** A contratada deverá cumprir rigorosamente os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e demais normativas técnicas vigentes, colocando à disposição da Administração somente profissionais aptos e regularmente habilitados para o exercício da profissão.

**9.7.** A contratada deverá realizar, quando aplicável, avaliação das condições clínicas dos pacientes, colaborar na elaboração de planos terapêuticos individualizados, especialmente



para usuários com condições crônicas, e atuar em conjunto com os demais profissionais da equipe de saúde.

**9.8.** Sempre que necessário, a contratada deverá encaminhar usuários a outros pontos da rede de atenção à saúde, respeitando os fluxos estabelecidos no âmbito do SUS, mantendo acompanhamento quanto à evolução do plano terapêutico indicado.

**9.9.** Poderão ser solicitados atendimentos domiciliares, especialmente nas áreas atendidas pelas Equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde ou da coordenação da Unidade Básica de Saúde.

**9.10.** A contratada deverá comunicar à contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer impedimento que impossibilite a realização de atendimento previamente agendado.

**9.11.** Qualquer alteração nos horários ou na organização dos atendimentos deverá ocorrer mediante prévio acordo com a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a continuidade e regularidade do serviço prestado.

**9.12.** A contratada deverá manter registro adequado dos atendimentos realizados, relatórios ou demais documentos técnicos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observando as normas éticas e legais da profissão.

**9.13.** A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 7 (sete) dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço pela Administração.

**9.14.** A contratada assumirá integral responsabilidade técnica, civil e administrativa pelos serviços prestados, inclusive quanto a eventuais danos causados aos pacientes decorrentes de omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus profissionais.

**9.15.** Todas as despesas relacionadas à execução contratual, incluindo remuneração dos profissionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributos, taxas, seguros e demais custos operacionais, serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município.

**9.16.** É vedada a cobrança de qualquer valor diretamente dos usuários, considerando tratar-se de serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, podendo a contratada responder administrativa, civil e penalmente em caso de descumprimento.

### **9.17. Dos Serviços de Psicologia**

**9.17.1.** Para a execução dos serviços de Psicologia, serão realizadas 02 (duas) contratações de pessoa jurídica, destinadas à disponibilização dos seguintes profissionais:



I – 01 (um) profissional com formação em Psicologia, responsável pelo atendimento psicológico ao público em geral no âmbito da rede municipal de saúde;

II – 01 (um) profissional com formação em Psicologia e especialização na área de transtornos do neurodesenvolvimento, especialmente voltado ao atendimento do público infantil, com foco em crianças diagnosticadas ou em processo de avaliação para Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como outros transtornos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e comunicacional, incluindo transtornos de saúde mental infantil.

A carga horária de cada profissional será de 32 (trinta e duas) horas semanais, distribuídas preferencialmente de segunda a sexta-feira, no período aproximado das 08h00 às 17h00, conforme organização e necessidade definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

**9.17.2.** Os atendimentos psicológicos deverão ocorrer mediante agendamento prévio, com tempo médio estimado de 50 (cinquenta) minutos por paciente, podendo compreender, entre outras atividades:

- atendimentos psicológicos individuais;
- avaliação psicológica;
- acompanhamento terapêutico;
- orientação e acompanhamento familiar;
- participação em reuniões técnicas com a equipe multiprofissional de saúde, quando necessário.

#### **9.18. Serviços de Fonoaudiologia**

**9.18.** Para os serviços de Fonoaudiologia, a carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas conforme planejamento e necessidade definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

**9.18.** Os atendimentos fonoaudiológicos ocorrerão mediante agendamento prévio, com duração definida de acordo com avaliação técnica do profissional e as necessidades terapêuticas de cada paciente.

Condições gerais de execução.

### **10. - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1. Da Liquidação:

10.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual



período;

10.1.2. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Ewbank da Câmara.

**10.1.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.1.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**10.1.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

**10.1.6.** A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste instrumento;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.1.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**10.1.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o



recebimento de seus créditos;

**10.1.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**10.1.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **10.2. Do prazo de pagamento:**

**10.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

## **10.3. Da forma de pagamento:**

**10.3.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**10.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**10.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**10.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**10.3.3.2.** A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234, de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal. Os documentos de cobrança emitidos em desacordo não serão aceitos para fins de liquidação de despesa e pagamento.

## **11. - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO**

**11.1.** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**11.2.** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os



preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11.3.** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**11.4.** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**12.1.** Requisitar, por meio do setor pertinente, a prestação de serviço.

**12.2.** Conferir se o serviço está de acordo com o inicialmente proposto, embora o prestador seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.

**12.3.** Atestar nas Notas/faturas a efetiva prestação dos serviços objeto deste instrumento.

**12.4.** Credenciar os servidores autorizados a emitir as ordens de serviços fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela licitante vencedora.

**12.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo prestador de serviço.

**12.6.** Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**12.7.** Comunicar à contratada qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente, se for o caso.

**12.8.** Solicitar a correção dos serviços que não apresentarem condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.



**12.9.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

**12.10.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

**12.11.** Notificar a contratada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa;

**12.12.** Efetuar o pagamento à contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica.

**12.13.** Aplicar à licitante vencedora penalidades, quando for o caso.

**12.14.** Remeter advertência à contratada, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

**12.14.2.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

### **13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Prestar os serviços pelo preço contratado, segundo as necessidades e requisições da contratante.

**13.2.** Responsabilizar-se integralmente e exclusivamente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da contratante.

**13.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**13.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**13.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo

com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.



- 13.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 13.7.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.8.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.9.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança municipal.
- 13.13.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados. O serviço que for executado em desacordo com o especificado, será rejeitado parcial ou totalmente.
- 13.14.** Comunicar imediatamente a contratante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- 13.15.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.



**13.16.** Responder direta e exclusivamente pela execução dos serviços, não podendo, em hipótese nenhuma, transferir a responsabilidade pela execução, sem o expresse consentimento da contratante.

**13.17.** Responder por quaisquer danos ou prejuízo que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a contratante ou a terceiros, durante a execução contratual, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da contratante, podendo esta, para o fim de garantir eventual ressarcimento, a dotar as seguintes providências:

I - dedução de créditos da licitante vencedora;

II- medida judicial, a critério da contratante.

**13.18.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.19.** Manter um representante para contatos e esclarecimentos.

**13.20.** Notificar a contratante de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**13.21.** Comunicar a contratante caso ocorra operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação deverão ser comunicadas ao Município e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejar a rescisão contratual.

**13.22.** Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos ao objeto contratado.

**13.23.** Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.

## **14 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

### **14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

**14.1.1.** O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

14.1.3. Da Justificativa do Pregão Presencial



A adoção da modalidade presencial levou em consideração a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial.

A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Doutro norte, a adoção do pregão em sua forma presencial fortalece o desenvolvimento das empresas regionais, ao mesmo tempo que não será prejudicial a competitividade do certame, estando em conformidade com o art. 17, § 2º e art. 176, II da Lei nº 14.133/2021, especialmente, para municípios com até 20.000 habitantes que terão um prazo maior para se adequarem às licitações na forma eletrônica.

Ademais, diante da natureza do objeto que está sendo licitado pela administração pública capaz de ser atendido por uma virtual empresa vencedora do certame que esteja situada muito distante do Município, fator este que pode inviabilizar a logística e onerar ainda mais os custos finais da administração pública municipal.

A realização do Pregão ainda que na modalidade presencial cumpre inclusive as disposições de Lei tais como o princípio da publicidade além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma, que são cumpridos na forma da Lei.

#### **14.4. Exigências de habilitação:**

##### **14.4.1 - Habilitação Jurídica:**

**14.4.1.1.** Registro comercial, no caso de empresário individual;

**14.4.1.2.** Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

**14.4.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício;

**14.4.1.3.1.** A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais



incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa;

**14.4.1.4.** A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente;

**14.4.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**14.4.1.6.** Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

**14.4.1.7.** As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

**14.4.1.7.1.** Ato constitutivo;

**14.4.1.7.2.** Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

**14.4.1.7.3.** Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

**14.4.1.7.4.** Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

**14.4.1.7.5.** Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

**14.4.1.7.6.** Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

**14.4.1.7.7.** Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

#### **14.4.2 - Habilitação Fiscal:**

**14.4.2.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**14.4.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

**14.4.2.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**14.4.2.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.



**14.4.2.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

**14.4.2.6.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

**14.2.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**14.4.2.9.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**14.4.2.10.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.4.3 - Documentação relativa à habilitação social e trabalhista:**

**14.4.3.1.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**14.4.4 - Habilitação Econômica-Financeira:**

**14.4.4.1.** Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante.

**14.4.5 - Qualificação Técnica:**

**14.4.5.1** – Comprovação de aptidão para a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional com o objeto da presente contratação ou com o item pertinente, mediante a apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**14.4.5.2** – Para a prestação de serviços especializados na área de Psicologia voltados ao atendimento especializado, deverá ser apresentada comprovação de formação ou especialização na área de transtornos do neurodesenvolvimento, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como outros transtornos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e



comunicacional, incluindo transtornos de saúde mental infantil, quando se tratar do profissional destinado ao atendimento especializado.

**14.4.5.3** – Declaração da empresa indicando o profissional responsável pela execução dos serviços, acompanhada do respectivo comprovante de registro no conselho profissional competente, quando exigido pela legislação aplicável.

**14.4.5.3.1** – A comprovação do vínculo do profissional indicado com a empresa licitante poderá ser realizada mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) contrato social da empresa, no qual conste o profissional indicado como sócio;
- b) carteira de trabalho e previdência social (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviços, em que conste a empresa licitante como contratante; ou
- c) declaração de contratação futura do profissional indicado como responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, manifestando concordância com sua indicação para a execução dos serviços.

#### **14.4.6 - Declarações**

**14.4.6.1.** Que declara que está ciente e concorda com as condições contidas no neste instrumento, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento; (Declaração de conhecimento do Edital)

**14.4.6.2.** Que declara cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social; (Declaração de reserva de cargos)

**14.4.6.3.** Que sob pena de desclassificação, declara que as suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (Declaração de proposta econômica)

**14.4.6.4.** Que declara para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos; (Declaração de Não-Emprego de menores)

**14.4.6.5.** Que declara não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; (Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante)

**14.4.6.6.** Que declara, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha



empresa, atento às regras de acessibilidade prevista na legislação; (Declaração de Acessibilidade)

**14.4.6.7.** Que declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; (Declaração de Inexistência de Fato Superveniente)

**14.4.6.8.** No caso dos licitantes que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar que estão aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **15 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**15.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**15.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**15.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**15.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**15.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**15.7.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não



poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**15.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **16 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**16.1.** Comete infração administrativa o licitante, o adjudicatário ou o contratado que, como dolo ou culpa cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - e.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - e.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - e.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - e.4. deixar de apresentar amostra;
  - e.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
  - f.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
  - j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os



licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

L) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**

a) **Advertência** no caso da falta prevista no subitem “a” do item 16.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **Multa:**

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 30 (trinta) dias:

1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “h” a “L” do subitem 16.1, de 15% a 30% do valor do Contrato;

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 16.1, de 10% a 20 % do valor do Contrato;

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 16.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;

5. Para infrações descritas na alínea “d” a “g” do subitem 16.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato;

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 16.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato;

c) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas “b” a “g” do subitem 16.1 deste instrumento de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas “h” a “L”, do subitem 16.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição



da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

**16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

- 16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento de licitação, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.
- 16.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo



administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, ao adjudicatário ou ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**16.12.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**16.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **17 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** As despesas referentes a contratação do objeto, correrão à conta da dotação orçamentária:

3.3.90.34.00.2.07.02.10.301.0005.2.0183 GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

**17.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **18 - DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**18.1.** As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**18.2.** Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Ewbank da Câmara, 17 de junho de 2026.

**Rosimara Constantino Mendes**  
**Secretária Municipal de Saúde**





PREFEITURA MUNICIPAL DE EW BANK DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_

Logradouro: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_

E-mail.: \_\_\_\_\_

Responsavel por assinar a Ata de Registro de Preços:

\_\_\_\_\_  
CPF Nº \_\_\_\_\_ RG Nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Item	Descrição do Produto	Marca	Unidade	Quantidade e	Valor Unitário	Valor Total

Dados para pagamento: Banco \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_  
A empresa acima se propõe a executar o objeto, conforme discriminado no Edital

do Pregão acima mencionado, pelos preços a seguir descritos

Valor global: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Validade: 60 (sessenta) dias corridos.

Declaramos ter pleno conhecimento das exigências do Edital e do objeto licitado e estarmos de acordo com os termos do mesmo e que acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, tais como as despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, todos os custos operacionais, encargos previdenciários, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).

LOCAL/DATA

\_\_\_\_\_

Nome do Responsável



**ANEXO III**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MINUTA DE CONTRATO Nº. \_\_\_\_ - QUE ENTRE SI  
FAZEM O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_ E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_, DE CONFORMIDADE COM  
AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:**

O MUNICÍPIO DE EWBank DA CÂMARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 17.747.932/0001-03, com sede na Avenida Santo Antônio, nº 441, Centro, Ewbank da Câmara/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Carlos Mariano Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(a) representante legal \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Gestão e Assessoria Ambiental, decorrente do Processo Licitatório nº 050/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026, regido pelas cláusulas seguintes e pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO:**

**1.1.** Constitui objeto do presente instrumento a \_\_\_\_\_, conforme abaixo especificado:

<b>Nº ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>

**1.2.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de



transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2. O Edital do supracitado Pregão;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA II - DAS PARTES E FUNDAMENTOS:**

### **2.1. DOS FUNDAMENTOS**

2.2. A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. ....../2026, Pregão Presencial nº...../2026, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

## **CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência da contratação será 12 meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes nos limites definidos pela Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

## **CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços especializados nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ewbank da Câmara, especialmente voltados ao acompanhamento de pacientes com transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e comunicacional, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), entre outros.

4.2. A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada e conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitações previamente encaminhadas pela unidade administrativa competente e organização da agenda de atendimentos pela coordenação da Unidade Básica de Saúde.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



- 4.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, com formação superior na respectiva área de atuação e registro ativo no Conselho Regional competente, observadas as atribuições legais da profissão e as normas éticas aplicáveis.
- 4.4. A execução dos serviços deverá ocorrer presencialmente no Município de Ewbank da Câmara, prioritariamente junto à Unidade Básica de Saúde (UBS) e no Bairro Colônia de São Firmino, podendo também ser realizada em outros locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade do serviço público.
- 4.5. A contratada deverá executar os serviços em estrita observância aos protocolos, rotinas e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, bem como às normas técnicas e boas práticas aplicáveis à área da saúde, observando as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.
- 4.6. A contratada deverá cumprir rigorosamente os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e demais normativas técnicas vigentes, colocando à disposição da Administração somente profissionais aptos e regularmente habilitados para o exercício da profissão.
- 4.7. A contratada deverá realizar, quando aplicável, avaliação das condições clínicas dos pacientes, colaborar na elaboração de planos terapêuticos individualizados, especialmente para usuários com condições crônicas, e atuar em conjunto com os demais profissionais da equipe de saúde.
- 4.8. Sempre que necessário, a contratada deverá encaminhar usuários a outros pontos da rede de atenção à saúde, respeitando os fluxos estabelecidos no âmbito do SUS, mantendo acompanhamento quanto à evolução do plano terapêutico indicado.
- 4.9. Poderão ser solicitados atendimentos domiciliares, especialmente nas áreas atendidas pelas Equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde ou da coordenação da Unidade Básica de Saúde.
- 4.10. A contratada deverá comunicar à contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer impedimento que impossibilite a realização de atendimento previamente agendado.
- 4.11. Qualquer alteração nos horários ou na organização dos atendimentos deverá ocorrer mediante prévio acordo com a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a continuidade e regularidade do serviço prestado.
- 4.12. A contratada deverá manter registro adequado dos atendimentos realizados, relatórios ou demais documentos técnicos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observando as normas éticas e legais da profissão.



4.13. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 7 (sete) dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço pela Administração.

4.14. A contratada assumirá integral responsabilidade técnica, civil e administrativa pelos serviços prestados, inclusive quanto a eventuais danos causados aos pacientes decorrentes de omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus profissionais.

4.15. Todas as despesas relacionadas à execução contratual, incluindo remuneração dos profissionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributos, taxas, seguros e demais custos operacionais, serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município.

4.16. É vedada a cobrança de qualquer valor diretamente dos usuários, considerando tratar-se de serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, podendo a contratada responder administrativa, civil e penalmente em caso de descumprimento.

#### 4.17. Dos Serviços de Psicologia

4.17.1. Para a execução dos serviços de Psicologia, serão realizadas 02 (duas) contratações de pessoa jurídica, destinadas à disponibilização dos seguintes profissionais:

I – 01 (um) profissional com formação em Psicologia, responsável pelo atendimento psicológico ao público em geral no âmbito da rede municipal de saúde;

II – 01 (um) profissional com formação em Psicologia e especialização na área de transtornos do neurodesenvolvimento, especialmente voltado ao atendimento do público infantil, com foco em crianças diagnosticadas ou em processo de avaliação para Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como outros transtornos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e comunicacional, incluindo transtornos de saúde mental infantil.

A carga horária de cada profissional será de 32 (trinta e duas) horas semanais, distribuídas preferencialmente de segunda a sexta-feira, no período aproximado das 08h00 às 17h00, conforme organização e necessidade definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.17.2. Os atendimentos psicológicos deverão ocorrer mediante agendamento prévio, com tempo médio estimado de 50 (cinquenta) minutos por paciente, podendo compreender, entre outras atividades:

- atendimentos psicológicos individuais;
- avaliação psicológica;
- acompanhamento terapêutico;



- orientação e acompanhamento familiar;
- participação em reuniões técnicas com a equipe multiprofissional de saúde, quando necessário.

#### 4.18. Serviços de Fonoaudiologia

4.18. Para os serviços de Fonoaudiologia, a carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas conforme planejamento e necessidade definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.18. Os atendimentos fonoaudiológicos ocorrerão mediante agendamento prévio, com duração definida de acordo com avaliação técnica do profissional e as necessidades terapêuticas de cada paciente.

Condições gerais de execução.

### **CLÁUSULA V - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **5.1. Da Liquidação:**

**5.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

**5.1.2.** Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Ewbank da Câmara.

**5.1.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**5.1.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**5.1.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;



**5.1.6.** A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**5.1.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**5.1.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**5.1.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**5.1.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **5.2. Do Prazo de pagamento:**

**5.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

## **5.3. Da Forma de pagamento:**

**5.3.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**5.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**5.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**5.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;



**5.3.3.2.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA VI - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**6.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**7.1.** Requisitar, por meio do setor pertinente, a prestação de serviço.

**7.2.** Conferir se o serviço está de acordo com o inicialmente proposto, embora o prestador seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.

**7.3.** Atestar nas Notas/faturas a efetiva prestação dos serviços objeto deste Edital.



- 7.4. Credenciar os servidores autorizados a emitir as ordens de serviços fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela licitante Vencedora.
- 7.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo prestador de serviço.
- 7.6. Proporcionar condições ao prestador de serviços para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.
- 7.7. Comunicar à contratada qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente, se for o caso.
- 7.8. Solicitar a correção dos serviços que não apresentarem condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.
- 7.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.
- 7.10. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.
- 7.11. Notificar a contratada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa;
- 7.12. Efetuar o pagamento à contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica.
- 7.13. Aplicar à licitante vencedora penalidades, quando for o caso.
- 7.14. Remeter advertência à contratada, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.
- 7.14.1. Responder em um prazo de até 30 dias, admitida a prorrogação motivada por igual período, a contar da data do protocolo do requerimento feito pela contratante;
- 7.14.2. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

#### **CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Prestar os serviços pelo preço contratado, segundo as necessidades e requisições da contratante.
- 8.2. Responsabilizar-se integralmente e exclusivamente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhes, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da contratante.



**8.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**8.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**8.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**8.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

**8.7.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**8.8.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**8.9.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**8.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**8.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWANK DA CÂMARA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**8.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança municipal.

**8.13.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados. O serviço que for executado em desacordo com o especificado, será rejeitado parcial ou totalmente.

**8.14.** Comunicar imediatamente a contratante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**8.15.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**8.16.** Responder direta e exclusivamente pela execução dos serviços, não podendo, em hipótese nenhuma, transferir a responsabilidade pela execução, sem o expresse consentimento da contratante.

**8.17.** Responder por quaisquer danos ou prejuízo que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a contratante ou a terceiros, durante a execução contratual, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da contratante, podendo esta, para o fim de garantir eventual ressarcimento, a dotar as seguintes providências:

I - dedução de créditos da licitante vencedora;

II - medida judicial, a critério da contratante.

**8.18.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.19.** Manter um representante para contatos e esclarecimentos.

**8.20.** Notificar a contratante de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**8.21.** Comunicar a contratante caso ocorra operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação deverão ser comunicadas ao Município e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejar a rescisão contratual.

**8.22.** Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas



relativos ao objeto contratado.

**8.23.** Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA IX - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**9.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício atual, na classificação abaixo:

3.3.90.34.00.2.07.02.10.301.0005.2.0183 GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

**9.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA X - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

**10.2.** Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

**10.3.** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

**10.4.** O relatório de entrega do objeto será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.

**10.5.** Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

#### **CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa o licitante, o adjudicatário ou o contratado que, como dolo ou culpa cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:



- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - f.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- L) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal**

**a) Advertência** no caso da falta prevista no subitem “a” do item 11.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b) Multa:**

**1.** moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 30 (trinta) dias;



1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h" a "L" do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 10% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" a "g" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato

**c) Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" do subitem 11.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "L", do subitem 11.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

**11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste edital de licitação, em hipótese alguma, a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

**11.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.10.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**11.11.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, ao adjudicatário ou ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**11.12.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar



no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA XII - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:**

**12.1.** São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA XIII - DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA XIV - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

#### **CLÁUSULA XV - DA EXTINÇÃO**

**15.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato as situações previstas nos incisos do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º e §3º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.3.** Aplica-se no que couber os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA XVI - DA GESTÃO DO CONTRATO**

**16.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE EWANK DA CÂMARA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**16.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**16.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**16.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**16.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**16.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**16.7.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**16.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**CLÁUSULA XVII - DO FORO:**

**17.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Santos Dumont, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

\_\_\_\_\_/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratado

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:



**ANEXO IV**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO V**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que cumpri as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado de Previdência Social.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO VI**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que as suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO VII**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO-EMPREGO DE MENORES**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO VIII**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO-EMPREGO DE TRABALHO DEGRADANTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO IX**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserve de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade prevista na legislação.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO X**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)



**ANEXO XI**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura  
(Representante Legal)